

Resenha do livro “Quem tem medo do Feminismo Negro?”, da autora Djamila Ribeiro.

Robson Ferreira Fernandes

Escrito por Djamila Ribeiro¹, “Quem tem medo do Feminismo Negro?” é o livro de 1ª edição publicado pela Companhia das Letras no ano de 2018. “O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos.” É nesses termos que a filósofa situa sua produção intelectual, que ela mesma define como indissociável da criação de redes de solidariedade política.

“Quem tem medo do feminismo negro?” percorre um longo ensaio autobiográfico da autora que recupera memórias de sua infância e adolescência para discutir silenciamento que sempre sofreu. Foi apenas ao trabalhar na Casa de Cultura da Mulher Negra – onde entrou em contato com autoras que a fizeram ter orgulho de suas raízes – que ela enfim deixou de querer se esconder. Desde então, o diálogo com escritoras como bell hooks, Alice Walker, Toni Morrison e Conceição Evaristo é uma constante.

O livro traz também uma seleção de artigos publicados no blog da *CartaCapital* entre 2014 e 2017, muitos deles reagindo a situações do cotidiano, como os ataques a Maju Coutinho e Serena Williams – a partir dos quais a autora destrincha os conceitos de empoderamento feminino e interseccionalidade – e o aumento da intolerância às religiões de matriz africana. Ela ainda aborda temas como os limites da mobilização nas redes sociais, as políticas de cotas raciais e as origens do feminismo negro nos Estados Unidos e no Brasil, além de explorar obras de referência para a teoria feminista.

A maneira como trata da noção de lugar de fala, assunto de seu primeiro livro, evidencia a originalidade de sua abordagem. Qualquer um pode, sim, falar sobre opressões, mas para Djamila, a questão é outra: “Se [apenas] pessoas brancas continuarem a falar sobre pessoas negras, não vamos mudar a estrutura de

¹ Nasceu em Santos, em 1980. Mestre em Filosofia política pela Unifesp e colunista das revistas *Elle* e *CartaCapital* on-line, foi secretária adjunta de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo. Coordena a coleção *Feminismos Plurais*, da editora Letramento, pela qual lançou o livro *O que é lugar de fala?* (2017).

opressão que já confere esses privilégios aos brancos. Nós, negras e negros, seguiremos apartados dos espaços de poder”.

A Introdução, intitulada de “A máscara do silêncio”, aborda um processo de reminiscência e memórias individuais e pessoais sobre suas vivências e modos de pensar e agir no ciclo familiar e de escola. São situações de bullying e violência que fazia Djamila passar muito tempo sozinha para não enfrentar a realidade. Esses momentos aliviavam a náusea, mas o sentimento de inadequação permanecia. Algumas vezes para se equiparar aos brancos da sala, fantasiava uma realidade inexistente: mentiras a base de mentiras. Porém, suas notas boas e compromisso com o estudo evitava que fosse xingada por mais tantas vezes, ou receber ofensas com a estética do seu cabelo, “a neguinha feia do cabelo duro”. Por mais que alisasse os seus longos cachos escuros, a sensação de não pertencimento era constante e machucava; somente na gravidez aos 24 anos, que ela se liberta da tortura do alisamento, já que não podia usar química.

Djamila compreendeu, num certo momento da sua vida, que existia uma máscara calando não só a sua voz, mas a sua própria existência. Por muitas vezes não se identificava com um feminismo dito universal, porque as especificidades das mulheres negras não eram consideradas. Suas leituras denunciavam a invisibilidade das mulheres negras como sujeito do feminismo. Com a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie aprendeu sobre os perigos de uma história única e sobre a importância de se pensar em estratégias para garantir histórias múltiplas:

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Há uma palavra da língua igbo de que sempre me lembro quando penso nas estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. Trata-se de uma expressão que pode ser traduzida como “maior do que o outro”. Como o mundo econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que o jeito mais simples de se destituir uma pessoa é contar sua história e colocá-la em segundo lugar. Uma história que tivesse início com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, seria totalmente diferente. Uma história que começasse com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, seria totalmente diferente. (RIBEIRO, 2018, p. 18)

Foi também com bell hooks que Djamila aprendeu a entender o papel fundamental da mulher negra na teoria feminista ao questionar o patriarcado racista.

Ela ensinou ainda a diferença entre identidade vitimada e resistência militante, mostrando o quanto as mulheres negras vêm historicamente entendendo a necessidade de construir redes de solidariedade política em vez de se fixar numa narrativa imutável de não transcendência.

Ler *O olho mais azul*, de Toni Morrison, escritora estadunidense e prêmio Nobel de Literatura, foi outra pequena revolução. “O amor nunca é melhor do que o amante. Quem é mau, ama com maldade, o violento ama com violência, o fraco ama com fraqueza, gente estúpida ama com estupidez e o amor de um homem livre nunca é seguro” (RIBEIRO, 2018, p. 20), ela diz. A partir de Morrison que Djamilia percebeu que, adoecida pelo racismo, ela precisava encontrar formas de se libertar para não amar de forma adoecida também.

Os artigos publicados no blog da *CartaCapital* traduzem reflexões e posicionamentos acerca do feminismo negro. São eles: “O verdadeiro humor dá um soco no fígado de quem oprime”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 11 de julho de 2014. “Quando opiniões também matam”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 31 de julho de 2014. “Seja racista e ganhe fama e empatia”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 19 de setembro de 2014. “Falar em racismo reverso é como acreditar em unicórnios”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 05 de novembro de 2014. “As diversas ondas do feminismo acadêmico”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 25 de novembro de 2014. “Mulher negra não é fantasia de carnaval”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 02 de fevereiro de 2015. “Quem tem medo do feminismo negro?”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 24 de março de 2015. “A vingança do goleiro Barbosa”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 13 de abril de 2014 como ‘A vingança de Barbosa: A luta do goleiro negro por respeito’. “Uma mulher negra no poder incomoda muita gente”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 23 de abril de 2015. “Repúdio ao blackface”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 11 de maio de 2015 como ‘Artistas repudiam – blackface - de peça’. “Zero Hora, vamos falar de racismo?”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 1º de junho de 2015. “A hipocrisia em xeque”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 16 de junho de 2015 como ‘A hipocrisia contra as religiões de matriz africana foi sacrificada’. “O racismo dos outros”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 06 de julho de 2015 como ‘Brasil: onde racistas só se surpreendem com o

racismo dos outros'. "Ser contra as cotas raciais é concordar com a perpetuação do racismo", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 15 de julho de 2015. "Cansado de ouvir sobre machismo e racismo?", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 17 de agosto de 2015 como 'Cansado de ouvir sobre machismo e racismo? Imagine quem vive isso'. "Respeitem Serena Williams", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 26 de agosto de 2015 como 'Comentaristas esportivos: respeitem Serena Williams'. "Homens brancos podem protagonizar a luta feminista e antirracista?", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 28 de setembro de 2015. "Quem se responsabiliza pelo abandono da mãe?", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 09 de outubro de 2015. "Para as meninas quilombolas a hashtag não chega", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 27 de outubro de 2015. "Simone de Beauvoir e a imbecilidade sem limites dos outros", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 03 de novembro de 2015 como 'Simone de Beauvoir e a imbecilidade sem limites de Feliciano e Gentili'. "E se sua mãe tivesse te abortado?", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 21 de dezembro de 2015. "Nem mulata do Gois nem dentro de Grazi Massafera", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 10 de fevereiro de 2016. "Vidas negras importam ou a comoção é seletiva?", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 03 de março de 2016. "Xuxa e fetichização da pobreza", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 07 de março de 2016. "O racismo é uma problemática branca", diz Grada Kilomba", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 30 de março de 2016. "Bela, recatada e do lar': Que coisa mais 1792", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 20 de abril de 2016 como 'Bela, recatada e do lar: Matéria da Veja é tão 1792'. "O que a miscigenação tem a ver com a cultura do estupro?", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 08 de junho de 2016 como 'Cultura do Estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?'. "Eduardo Paes e a desumanização da mulher negra", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 29 de agosto de 2016 como 'Vai trepar muito no quartinho: Paes e a desumanização da mulher negra'. "Feminismo negro para um novo marco civilizatório", publicado originalmente na *Revista Internacional de Direitos Humanos* em novembro de 2016. "O mito da mulher moderna", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 05 de junho de 2017. "Racismo: manual para os sem-noção", publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 22 de junho de

2017. “O que é o empoderamento feminino?”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 25 de setembro de 2017. “Estrangeira no próprio país”, publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 06 de novembro de 2017. “A Mulata Globeleza: um manifesto”, escrito em parceria com Stephanie Ribeiro e publicado originalmente na *Folha de S. Paulo* em 29 de janeiro de 2016.

Mulheres negras historicamente são tratadas com desumanidade, e seus corpos, como meras mercadorias. Quantas apresentadoras negras há na TV? Quantas atrizes? Quantas jornalistas? Não precisa ser um grande estudioso das questões raciais no Brasil para perceber o quanto as mulheres negras são invisíveis aos olhos da mídia. Diante desse cenário o racismo é perceptível. Ideias racistas devem ser combatidas, e não relativizadas e entendidas como mera opinião, ideologia, imaginário, arte, ponto de vista diferente, divergência teórica. Ideias racistas devem ser reprimidas, e não elogiadas e justificadas. Não adianta dizer que hoje tudo é racismo, mostrando uma explícita ignorância histórica. Este país foi fundado no racismo, não tem nada de novo nisso. A mídia brasileira nem de longe reflete a diversidade de seu povo. E, para perceber isso, basta ligar a televisão ou folhear uma revista.

Uma mulher negra empoderada incomoda muita gente. É muito comum ouvir xingamentos do tipo “Que negra metida”, “Essa negra se acha” ou “Quem essa negra pensa que é?” quando a mulher negra sai do lugar que a sociedade acha que é dela. Se uma mulher negra no poder assusta tanta gente, é porque se está desnaturalizando o lugar de submissão que foi construído para elas; e o incômodo não está mais nelas, por julgarem que certos espaços não os pertencem.

Tempos obscuros enfatizam o racismo reverso. Não existe racismo de negros contra brancos ou, como gostam de chamar, o tão famigerado racismo reverso. Racismo é um sistema de opressão e, para haver racismo, deve haver relações de poder. Negros não possuem poder institucional para ser racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui.

Para haver racismo reverso, precisaria ter existido navios branqueiros, escravização por mais de trezentos anos da população branca, negação de direitos a ela. Brancos são mortos por serem brancos? São seguidos por seguranças em lojas? Qual é a cor da maioria dos atores e apresentadores de TV? Dos diretores de novelas? Quem detém os meios de produção? Há uma hegemonia branca criada pelo racismo que confere privilégios sociais a um grupo em detrimento do outro.

Além de não haver representatividade negra na TV, quando um veículo de imprensa legitima uma opinião racista, ofensiva é chocante para destruir uma luta, uma população que por muito tempo não teve presente em muitos espaços. Qual é o limite entre liberdade de expressão e discurso de ódio? Para pensar essa questão, Djamila dialoga com a filósofa Judith Butler em *Excitable Speech*:

A linguagem opressora do discurso de ódio não é mera representação de uma ideia odiosa; ela é em si mesma uma conduta violenta, que visa submeter o outro, desconstruindo sua própria condição de sujeito, arrancando-o do seu contexto e colocando-o em outro onde paira a ameaça de uma violência real a ser cometida – uma verdadeira ameaça, por certo (RIBEIRO, 2018, p. 65).

Acerca dos feminismos é necessário pensar que o seu objetivo é uma sociedade sem hierarquia de gênero. Ela traz para a proposta a Amelinha Teles na introdução de *Breve história do feminismo no Brasil*, que reflete:

falar de mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos (RIBEIRO, 2018, p. 44).

No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX com o que chamamos de primeira onda. Nela, que tem como grande nome Nísia Floresta, as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e à vida pública.

A segunda onda teve início nos anos 1970, num momento de crise da democracia. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, essa segunda geração combateu a ditadura militar.

Desde a década de 1970, militantes negras estadunidenses como Beverly Fisher denunciavam a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento. No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim da mesma década e no começo da seguinte, lutado para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos. Djamila enfatiza as palavras da socióloga Núbia Moreira:

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual

de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política o campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros coletivos de mulheres negras, época em que aconteceram alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Em momentos anteriores, porém há vestígios de participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres, realizado em março de 1979. No entanto, a nossa compreensão é que, a partir do encontro ocorrido em Bertioga, se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista, uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista (RIBEIRO, 2018, p. 52).

Na terceira onda, que teve início da década de 1990 e foi alavancada por Judith Butler, começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nos períodos anteriores, colocando-se em discussão a micropolítica e tornando necessário discutir gênero com o recorte de classe e raça, levado em conta as especificidades de cada uma.

Simone de Beauvoir já havia desnaturalizado o ser mulher, em 1949, com *O Segundo Sexo*. Ao dizer que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, a filósofa francesa distingue a construção do “gênero” e o “sexo dado”, e mostra que não é possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados.

Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir diz: “Se a ‘questão feminina’ é tão absurda é porque a arrogância masculina faz dela uma ‘querela’, e quando as pessoas querelam não raciocinam bem”. Djamilia atualiza isso para a questão das mulheres negras: se a questão das mulheres negras é tão absurda é porque a arrogância do feminismo branco fez dela uma querela, e quando as pessoas querelam não raciocinam bem.

Pode-se dizer que *Problemas de gênero*, de Butler, é um dos grandes marcos teóricos dessa terceira onda, assim como *O segundo sexo* foi da segunda. A autora dialoga com Sandra Harding, que demonstra que “as pesquisas acadêmicas voltadas às questões feministas esforçaram-se inicialmente em estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais” (RIBEIRO, 2018, p. 46).

É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade os dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e sexista, para refutá-la e criar uma contra-hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a

desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa (RIBEIRO, 2018, p. 122).

Essa narrativa que Djamila faz a partir bell hooks sintetiza a importância do feminismo negro para o debate político. Pensar como as opressões se combinam e se entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se considerar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico e crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos.

Para o debate, a autora se conecta com Kimberlé Crenshaw, que em sua tese de doutorado em 1989, cunha a análise do conceito de interseccionalidade, tão necessário no feminismo negro

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (RIBEIRO, 2018, p. 123).

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis.

A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimento de outras. A conversa que Djamila faz com a pesquisadora Grada Kilomba, onde a última afirma:

Por não serem nem brancas nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracista branca. Representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma [...] Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas nem homens, e exercem a função de “outro” do outro (RIBEIRO, 2018, p. 125).

E com Beauvoir:

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição de outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana (RIBEIRO, 2018, p. 126).

O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários.

Quem é feminista, milita na luta antirracista ou no movimento LGBTQI+ com certeza já ouviu de alguém a frase: “Ah, mas vocês só falam disso”, seja para expressar cansaço ou destilar ódio. Para quem luta, falar desses temas é questão de sobrevivência; é denunciar a dura e desigual realidade. Pedir para parar de falar disso é querer manter as coisas como estão, sucumbir ao que podemos chamar de síndrome de Morgan Freeman – ator que disse em entrevista que o dia em que pararmos de falar de racismo ele deixará de existir, como se fosse uma entidade.

Ao falarmos de nós, estamos denunciando o quanto essa categorização que tem como base o homem branco é falsa. Apontar isso é ampliar a universalidade, fazer com que abranja um número maior de possibilidades de existência.

A ciência já foi utilizada para legitimar racismo através dos estudos de evolução biológica do século XIX, que introduziam o conceito de “racismo biológico”, assim como para tentar provar uma suposta inferioridade natural da mulher. Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra, vê a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado e universal é branco. Porém, nada é isento de ideologia. O ponto de partida como define Patricia Hill Collins, ou nosso “só falar disso”, nos permite refutar esse modelo e pensar outros mais plurais e democráticos.

A verdade é que as vidas negras não importam dentro da lógica racista. Judith Butler define bem isso em entrevista a George Yancy, falando do movimento Black Lives Matter, que combate a violência policial contra os negros nos Estados Unidos:

Quando algumas pessoas refazem a mensagem “vidas negras importam” para “toda vida importa”, elas não entendem o problema, ainda que sua mensagem não seja falsa. É verdade que todas as vidas importam, mas é igualmente verdade que nem todas as vidas são construídas para importar. E é justamente por isso que é mais importante nomear as vidas que não importam e que estão lutando para importar do modo que merecem (RIBEIRO, 2018, p. 104).

O racismo é uma problemática branca e que nos trazem algumas questões para o debate – Como é possível descolonizar nosso pensamento numa sociedade que ainda não vê o sujeito negro? Qual é o papel do sujeito negro nisso? Aqui no Brasil, durante muito tempo, se negou a existência do racismo, criou-se o mito da democracia racial, e por conta dessas construções muitas pessoas negras não se vêem como negras. Como lidar com o racismo nessa situação? O indivíduo branco não se racializa, geralmente se coloca como universal. Como fazer com que perceba que ser branco é uma afirmação política? Por conta do aumento de pessoas negras nas universidades nos últimos anos e da própria internet, que com seus limites permite que pessoas negras disputem narrativas, há uma reação forte por parte de algumas pessoas brancas de inverter o discurso e dizer que existe “racismo reverso”. Dizem que as pessoas negras são agressivas e não permitem o diálogo. Tudo isso é uma forma de barrar as narrativas das pessoas negras?

Essa obra nos assegura a reflexão sobre políticas públicas, empoderamento feminino, opressões, violências etc. Leva-nos a entendermos novas possibilidades de conhecimentos para pensar os silêncios, os recuos, as evasões nos fatores sociais e que nos comunicam com a necessidade de se entender a problemática acerca do objeto de análise. É necessário mudarmos as concepções das desigualdades que envolvem a questão de gênero e raça. Torna-se possível experimentar outros modos de conhecer, através das estratégias desconstrutivas de análise sobre a situação da mulher negra. Este é muito mais do que um livro qualquer, é a realidade substancial do território brasileiro que é racista, machista, misógino. Já basta!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2. ed. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. Nova York: Routledge, 1997.

_____. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-3, pp. 69-82, jan/jun. 1988.

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas a teoria feminista”. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, pp. 7-32, 1993.

HOOKS, bell. *Feminism Is For Everybody: Passionate Politics*. Londres: Pluto Express, 2000.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday racism*. Münster: Unrast, 2012.

MORRISON, Toni. *O olho mais azul*. Trad. de Manoel Paulo Ferreira. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil – e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.

WALKER, Alice. *A cor púrpura*. 12. ed. Trad. de Betúlia Machado, Maria José Silveira e Peg Bodelson. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

_____. *De amor e desespero: História de mulheres negras*. Trad. de Waldea Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.